

INTERVENÇÃO PROFERIDA NO PLENÁRIO

DEBATE DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2005 E ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO PARA O PERÍODO DE 2005 A 2008

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo

Aquando do debate do Programa do IX Governo Regional, em Dezembro passado, abordámos na nossa intervenção a problemática da sustentabilidade, na certeza de que esta convoca uma nova agenda para o século XXI e que essa agenda é a criação duma *sociedade sustentável*, assumindo como desafio civilizacional a necessidade de transformar os valores ambientais nos elementos reorganizadores da sociedade.

O princípio do desenvolvimento sustentável, apoiado na prosperidade económica, na protecção da natureza e na equidade social e ambiental, deve nortear toda a política, particularmente a política de Ambiente, e afirmar-se como imperativo ético.

É fundamental, desde logo, que se vença um processo de mudança de mentalidades, de forma a que o exercício de uma cidadania activa na defesa do Ambiente seja, cada vez mais, assumido pela generalidade dos cidadãos, já que o desafio da sustentabilidade só poderá vir a ser alcançado tendo por base um exercício de cidadania alargado.

São, também, estes os desafios que IX Governo Regional que, em coerência com o seu Programa e com a política que, segura e persistentemente, vem sendo implementada desde

Hernâni Jorge, 07-04-2005

Plano, Orçamento, Ambiente, Ordenamento Território, Desenvolvimento Sustentável, Açores

1996, alinha pelas mais avançadas opções políticas nos domínios do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.

Senhor Presidente

Senhores Deputados e Membros do Governo

Felizmente, longe vão os tempos em que, nos Açores, as questões relativas ao Ambiente eram marginalmente tratadas e estavam entregues a um simples serviço da direcção regional com competência nas áreas da habitação e urbanismo da Secretaria Regional do Equipamento Social.

Como distante também já está o ano de 1989 que marca o surgimento da Direcção Regional do Ambiente, integrada na então criada Secretaria Regional do Turismo e Ambiente, do IV Governo Regional, mas que nasceu sem abranger áreas de enorme importância como o ordenamento do território e os recursos hídricos.

Foi preciso chegarmos a 1996 para – com a nova orgânica e a acção do VII Governo Regional – serem criadas as condições básicas para a implementação de uma política de desenvolvimento sustentável na nossa Região.

O Partido Socialista manifestou, então, uma forte vontade política e assumiu orientações claras na prossecução de uma efectiva política de Ambiente nos Açores.

Foram muitos anos – demasiados anos – aqueles em que a nossa Região se manteve numa situação de quase inoperância no que respeita ao fomento e ao controlo da qualidade do

Ambiente, já que aquilo que em outros sítios é susceptível de se diluir no espaço, por norma adensa-se nas ilhas, e os efeitos das más decisões acabam pesando para além da conjuntura.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo

Se o Programa do IX Governo Regional evidencia, claramente, essa opção política, os documentos ora em apreciação – Plano e Orçamento para 2005 e Orientações de Médio Prazo para o período de 2005 a 2008 – confirmam em absoluto a determinação do Governo Regional e do Partido Socialista em tornar operacional o conceito de sustentabilidade, contemplando um claro fortalecimento das políticas públicas de Ambiente.

E se, em geral, o incremento das políticas públicas de Ambiente é factor fundamental para induzir a mudanças estruturais, os instrumentos de planeamento devem ser, em cada momento, simultaneamente, instrumento e expressão desses necessários e indispensáveis ajustamentos.

Como não podia deixar de ser, os documentos em apreciação são, pois, instrumentos de consolidação da estratégia definida pelo Partido Socialista e ratificada pelo Povo Açoriano e por este Parlamento, há pouco meses. São documentos que transcrevem, a nível do investimento e das orientações políticas, as prioridades estratégicas definidas, continuando a apostar fortemente na valorização da qualidade do Ambiente e nos recursos naturais.

E, para que não sobejem quaisquer dúvidas, detenhamo-nos nos seguintes dados:

- No Plano de Médio Prazo de 1993/1996 foram orçamentados 5,1 milhões de euros (1,3 milhões de contos) para as políticas de Ambiente, Ordenamento do Território e Recursos Hídricos;
- No somatório dos Planos Anuais de 1997 a 2000 orçamentaram-se montantes seis vezes superiores aos do quadriénio anterior, concretamente 30,5 milhões de euros (6,1 milhões de contos);
- Para o período de 2001 a 2004 foram inscritas no Plano de Médio Prazo 52 milhões de euros (10,4 milhões de contos).

Da análise dos relatórios de execução dos anos terminais das três últimas legislaturas, podemos ainda constatar que o investimento efectivo nos domínios do Ambiente foi de:

- 1,7 milhões de euros (346 mil contos) em 1996;
- 8 milhões de euros (1,6 milhões de contos) em 2000;
- E 10,4 milhões de euros (2,2 milhões de contos) em 2004.

Ainda, e relativamente aos documentos em debate:

- O Plano para 2005 prevê investimentos globais de 21,9 milhões de euros (4,4 milhões de contos);
- E para o período da legislatura (2005 a 2008), segundo a informação prestada na Comissão pela Senhora Secretária Regional do Ambiente, é intenção do Governo Regional efectuar um investimento global superior a 71 milhões de euros (14,2 milhões

de contos), não estando contabilizadas neste montante as eventuais verbas provenientes de fundos comunitários nos anos de 2006, 2007 e 2008.

Senhor Presidente

Senhores Deputados e Membros do Governo

É, pois, neste registo plurianual que se pode verdadeiramente avaliar a consistência das opções de estratégia de carácter estrutural assumidas pelos VII, VIII e IX Governos Regionais, e aí a evidência confirma não só a justeza dos caminhos escolhidos, mas também a dimensão dos esforços efectivamente levados a cabo.

Hoje, podemos afirmar com segurança e, sobretudo, com orgulho que o Ambiente participa activamente na configuração do modelo de desenvolvimento dos Açores, sendo encarado pelo poder político como uma infra-estrutura fundamental da nossa estratégia de desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 7 de Abril de 2005

O Deputado Regional,

Hernâni Jorge